

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Balanco patrimonial em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.240	17.498	Obrigações com sistema Sebrae	8	5.639	5.569
Numerários vinculados a convênios e programas	5	2.908	3.580	Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	10	1.003	1.082
Valores a receber	6	1.028	1.201	Obrigações com convênios e contratos	11	397	389
Outros créditos a receber	7	4.934	4.134	Contas a pagar a fornecedores e outros	12	852	260
Total do Ativo Circulante		31.110	26.413	Obrigações sobre a folha de pagamento	13	3.454	2.697
Não circulante				Total do passivo circulante		11.345	9.997
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais	9	200	139	Obrigações com sistema Sebrae	8	3.494	3.910
Imobilizado		25.821	25.540	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	922	189
Total do Ativo não Circulante		26.021	25.679	Total do passivo não circulante		4.416	4.099
				Total do passivo		15.761	14.096
				Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	15	29.072	25.560
				Ajustes de avaliação patrimonial		12.298	12.436
				Total do patrimônio líquido		41.370	37.996
Total do ativo		57.131	52.092	Total do passivo e do patrimônio líquido		57.131	52.092

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações


Chaudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Balanco orçamentário período de Janeiro a Setembro de 2017

(Em Milhares de Reals)

Período: Janeiro a Setembro de 2017		Balanco Orçamentário - Sebrae/RN						R\$ mil			
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/d)	Δ% (e/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/d)	Δ% (e/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	40.704	69.928	48.155	4	0	Despesas Correntes	34.826	68.850	42.222	83,2	21
Contribuição Social Ordinária-CSO	28.365	40.023	30.081	75	0	Pessoal, Encargos e Benefícios	16.781	23.633	18.061	76	0
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	6.386	21.641	12.099	56	1	Serviços Profissionais e Contabilizados	10.925	28.608	15.740	55	0
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	119	26	0	0	0	Demais Despesas Operacionais	6.302	13.627	7.782	57	0
Aplicações Financeiras	2.419	2.400	1.847	77	-0	Encargos Diversos	752	621	639	103	-0
Empresas Beneficiadas	2.306	5.668	3.693	65	1	Transferências	65	341	0	0	-1
Outras Receitas	109	170	415	244	3	Superávit Corrente	5.879	1.753	5.913	2	-0
Déficit Corrente	0	0	108	106	0	Despesas de Capital	1.383	1.753	2.713	2	3
Alienação de Bens	0	0	106	106	0	Investimentos / Outros	442	453	1.662	367	0
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	0	0	Amortização de Empréstimos	941	1.300	1.051	81	0
Saldo de Exercícios Anteriores	40.704	69.928	48.241	1	3	Fundo de Reserva	38.208	1.325	44.935	64	0
Receitas Totais	40.704	69.928	48.241	1	3	Despesas Totais	38.208	69.928	44.935	64	0
Déficit Total	40.704	69.928	48.241	1	3	Superávit Total	4.486	3.306	3.306	68	0
Total Geral	40.704	69.928	48.241	1	3	Total Geral	40.704	69.928	48.241	68	0

Notas Explicativas

RECURSOS

- CSN
- Aplicações financeiras
- Outras Receitas
- Empresas Beneficiadas

A execução refere-se a projetos de Desenvolvimento Territorial, Negócios de Impacto social, Sertão Empreendedor e especialmente maior volume de consultorias Sebrae/tec no ano de 2017, devido a baixa execução do recurso CSN em 2016 o recurso aplicado tinha volume superior ao mesmo período de 2017. Os valores referem-se a ressarcimento de funcionalidade cedida e receita na venda de imobilizado (alienação de bens) não ocorridos em 2016, o primeiro trimestre de 2016 foi de difícil arrecadação de receita junto a clientes devido expansão da crise econômica. A execução de recursos do programa Sebrae/tec em 2017 também vem avançar este indicador.

DESPESAS

- Serviços profissionais e contratados
- Demais despesas operacionais
- Transferência
- Investimentos/outras

A execução de recursos do programa Sebrae/tec em 2017 consiste em contratação de serviços especializados para realização dos consultorias. A melhoria nos índices de execução das atividades eleva as despesas operacionais em mesma proporção, a despesa de transferência se deve ao convênio com a Fundação Guimarães Duque que apresentou prestação de contas no primeiro semestre de 2016. Em 2017 ainda não obtivemos prestações de contas dos convênios. Em 2017 estamos concluindo uma reforma na cobertura do prédio da sede, que está alocada no ativo permanente em obras em andamento.

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Junior
Diretor Técnico

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016	18.255	12.611	30.866
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	152	(162)	(10)
Superávit técnico do período	5.488	-	5.488
Saldos em 30 de setembro de 2016	23.895	12.449	36.344
Saldos em 1º de janeiro de 2017	25.560	12.436	37.996
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	138	(138)	-
Superávit técnico do período	3.374	-	3.374
Saldos em 30 de setembro de 2017	29.072	12.298	41.370

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Junior
Diretor Técnico



José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações

Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016


(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	3.374	5.529
Ajustes para:		
geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	1.203	1.138
Baixa de Imobilizado	53	10
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52)	88
(Reversão) provisão para contingências	(733)	(201)
	<u>3.845</u>	<u>6.564</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(173)	(48)
Numerários vinculados a convênios e programas	672	(721)
Outros créditos a receber	24	(499)
Créditos com Sistema SEBRAE	777	-
Depósito realizáveis a longo prazo	(61)	13
	<u>1.239</u>	<u>(1.255)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	(79)	(87)
Obrigações com convênios e contratos	(8)	(383)
Contas a pagar a fornecedores e outras	592	(2.846)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	757	548
Obrigações CSN a comprovar	346	2.780
	<u>1.608</u>	<u>12</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais	<u>6.692</u>	<u>5.321</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(1.535)	(450)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.535)</u>	<u>(450)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Obrigações com sistema Sebrae	(416)	(665)
Fluxo de caixa (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamento	<u>(416)</u>	<u>(665)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.741</u>	<u>4.206</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.499	14.649
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>22.240</u>	<u>18.855</u>

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações


Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Superávit do período		
Outros resultados abrangentes		
	<u>3.374</u>	<u>5.488</u>
Resultados abrangente do período	<u><u>3.374</u></u>	<u><u>5.488</u></u>

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações



Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

Demonstrações de resultados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

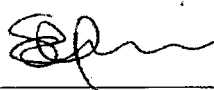
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2017 30/09/2017	01/01/2016 30/09/2016
Receitas operacionais			
Receitas com contribuições sociais	16	42.180	36.903
Receita de empresas beneficiadas	17	3.694	2.305
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	18	-	119
Outras receitas operacionais		<u>416</u>	<u>330</u>
		46.290	39.657
Custos e despesas de operacionalização			
Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(18.061)	(16.781)
Despesa com serviços profissionais e contratados	20	(15.740)	(10.925)
Despesas com custo de operacionalização	21	(7.783)	(6.405)
Encargos diversos		(468)	(678)
Depreciação e amortização		(1.203)	(1.142)
Outras despesas		<u>(1.079)</u>	<u>(261)</u>
		(44.334)	(36.192)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		1.956	3.465
Receitas financeiras		1.848	2.419
Despesas financeiras		(172)	(74)
Variação Monetária Passiva		<u>(258)</u>	<u>(322)</u>
	22	1.418	2.023
Resultado financeiro líquido		3.374	5.488
Superávit técnico do período		3.374	5.488

José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti Júnior
Diretor Técnico

José Eduardo Ribeiro Viana
Diretor de Operações


Claudio Soares da Silva
Contador - RN 006805/O-4

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Rio
Grande do Norte - SEBRAE/RN**

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro
de 2017

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte SEBRAE/RN é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Avenida Lima e Silva, nº 76, bairro de Lagoa Nova na cidade de Natal/RN.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RN constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RN recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

1. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
2. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do RN - SENAI/DR-RN;
3. Governo do Estado do RN - SEDEC;
4. Federação do Comércio de Bens e de Serviços do RN - FECOMERCIO;
5. Federação das Indústrias do RN - FIERN;
6. Federação das Câmaras Dirigentes Lojistas do RN - FCDL;
7. Federação das Associações Comerciais do RN - FACERN;
8. Federação da Agricultura e Pecuária do RN - FAERN;
9. Fundação de Apoio à Pesquisa do RN - FAPERN;
10. Banco do Brasil S/A - BB;
11. Caixa Econômica Federal - CEF;
12. Banco do Nordeste do Brasil - BNB;

13. Associação Norte-Riograndense de Criadores - ANORC;
14. Associação Comercial e Industrial de Mossoró - ACIM;
15. Agência de Fomento do Estado do RN - AGN.

Isenções Tributárias

O SEBRAE/RN é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2 e art. 15 § 2).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158- 35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, a Administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela

Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias - Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R3), aprovado pela Resolução nº 1.359/2011, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 06), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 09) e prazos de geração de benefícios econômicos futuros para fins de amortização do ativo intangível e provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 40%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Em caso de ativos construídos internamente, como por exemplo edificação, começam a ser depreciados a partir do momento em que o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 09).

2.3 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/RN conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos e recebíveis, valores a receber e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04)

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:
contas a pagar a fornecedores, obrigações com convênios e contratos e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for

devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12)

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº09).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do NBC TG 27 (R3) (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 2,86% a 40 %, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instaladas e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº09)

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R1) e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº1)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/09/2017	31/12/2016
Caixa fundo fixo	23	4
Contas Bancárias (i)	443	560
Aplicações Financeiras (ii)	21.774	16.934
Total	22.240	17.498

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancária, cuja posição, no exercício findo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, se encontra a seguir descrita:

Bancos	30/09/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	315	335
Caixa Econômica Federal	128	185
Banco do Nordeste do Brasil	-	40
Total	443	560

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

	Modalidade do fundo	Remuneração média no trimestre	30/09/2017	31/12/2016
Bancos				
Banco do Brasil	BB Milênio 10	2,40%	6.936	2.083
Caixa Econômica	FIF Caixa	2,41%	14.985	14.860
Provisão para IRRF (*)			(147)	(9)
Total			21.774	16.934

(*) refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CSN - Aplicação	2.801	3.351
CSN	50	127
M.Dias Branco	3	2
M.Dias Branco - Aplicação	54	100
Total	2.908	3.580

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RN, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RN. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos instrumentos de convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº11.

6 Valores a receber

Descrição	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a receber (i)	532	971
Cheques e cartão (ii)	954	669
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (iii)	(458)	(439)
Total	1.028	1.201

(i) Créditos a receber referente às operações de venda de perfis e outros produtos, tais como, serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos, realizações de feiras, rodadas e eventos das Unidades de Educação e Empreendedorismo, Orientação Empresarial e Acesso a Mercado.

(ii) Refere-se a cheques e cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

(iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro a partir de 180 dias de atraso da data de vencimento.

7 Outros créditos a receber

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamento a Terceiros (i)	1.034	1.034
Adiantamento a Funcionários (ii)	535	542
Adiantamento para viagens (iii)	3	-
Crédito diversos	121	94
Transações do Sistema Sebrae	3.241	2.464
Total	4.934	4.134

(i) Refere-se recursos da contribuição (CSN) lançado na rubrica outros créditos em 2017.

(ii) Refere-se adiantamento de férias dos funcionários pago em dezembro de 2016.

(iii) Refere-se a adiantamento com viagens para funcionários e terceiros.

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamentos do SEBRAE/NA (a)	4.479	5.272
CSN a devolver (b)	4.654	4.207
Total	9.133	9.479
Circulante	5.639	5.569
Não circulante	3.494	3.910
Total	9.133	9.479

- (a) Refere-se aos adiantamentos recebidos do SEBRAE/NA, a título de programa de imobilizações, programa de saneamento financeiro e programa de desligamento incentivado para funcionários. Em setembro de 2013 recebemos empréstimo mediante antecipação de receitas, de recursos financeiros do SEBRAE/NA ao SEBRAE/RN para aquisição de imóvel, visando ampliação das instalações da sede do SEBRAE/RN.
- (b) Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-16, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício os acertos contábeis no SEBRAE/RN e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

- (1) Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Conseqüentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício de 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no passivo circulante (Obrigações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 5.639, considerando que os repasses efetuados anteriormente, desde janeiro de 2016, haviam ocorrido a maior com relação ao efetivamente arrecadado. A liquidação desses valores dar-se-á no mês de março de 2017.

- (2) Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO - Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Créditos com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 3.241, sendo que a liquidação financeira ocorrerá nos meses subsequentes até o mês de janeiro de 2017.

	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CT. 194/2.009 - Imobilização	985	-	985	1.362	-	1.362
Licença de Software	-	-	-	-	-	-

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017*

CT. 214/2.012- Adequação da Estrutura Interna (c)	-	3.494	3.494	-	3.910	3.910
Total	985	3.494	4.479	1.362	3.910	5.272

(i) Refere-se aos adiantamentos recebidos do SEBRAE/NA, a título de programa de imobilizações, programa de saneamento financeiro e programa de desligamento incentivado para funcionários. Em setembro de 2013 recebemos empréstimo mediante antecipação de receitas, de recursos financeiros do SEBRAE/NA ao SEBRAE/RN para aquisição de imóvel, visando ampliação das instalações da sede do SEBRAE/RN.

(ii) Refere-se a despesas com obra realizada na nova infra-estrutura da sede do SEBRAE/RN.

b. Transações de resultado

Descrição	30/09/2017	30/09/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO) – Nota explicativa nº 16	30.081	20.241
Contribuição Social Nacional (CSN) – Nota explicativa nº 16	12.099	3.447
Total	42.180	23.688

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/09/2017
Terreno	-	5.480	-	-	5.480
Edificações	2,86% a 4%	15.254	-	-	15.254
Móveis e utensílios	2% a 10%	3.161	24	-12	3.173
Veículos e acessórios	-	343	175	-266	252
Máquinas/equipamentos	3% a 13%	1.484	30	-10	1.504
Equipamentos de informática	33,33% a 40%	3.083	15	-19	3.079
Instalações	-	3.273	-	-6	3.267
Aquisições em andamento	-	-51	1.290	-	1.239
Bens de terceiros		1.001	-	-	1.001

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017*

Total do custo		33.028	1.534	-313	34.249
Total da depreciação acumulada		-7.488	- 1.202	261	-8.429
Total imobilizado líquido		25.540			25.820

10 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

Descrição	30/09/2017	30/12/2016
Remuneração a Pagar	9	-
Encargos sociais a recolher	546	450
Consignações da folha de pagamento	1	-
Obrigações fiscais a recolher	447	632
Total	1.003	1.082

11 Obrigações com convênios e contratos

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Convênio MBC	1	1
Convênio Balde Cheio - consolidação	1	1
Convênio Petrobrás	145	145
Convênio PMM/PROS	46	46
Convênio PMM/CAMP	178	179
Convênio M. Dias Branco	26	-
Outros	-	-
Total	397	389

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
-----------	------------	------------

Fornecedores	784	176
Depósitos e cauções	37	60
Outras obrigações	31	24
Total	852	260

13 Obrigações sobre a folha de pagamento

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Férias e encargos (i)	3.454	2.697
Provisões para reversão	-	-
Total	3.454	2.697

(i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e forma constituída em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal.

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	200	139	922	189
Riscos cíveis	-	-	-	-
Total	200	139	922	189

Em 30 de setembro de 2017 as provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/RN. Os processos existentes de risco trabalhista e cível no valor de R\$ 922 são decorrentes do curso normal de suas operações, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. Ademais, conforme informações dos assessores jurídicos, não existem demandas judiciais classificadas com risco de perda possível ou remoto.

15 Patrimônio líquido

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Superávit Acumulado	25.698	23.111
Superávit (déficit) do Exercício	3.374	2.449

Ajuste Avaliação Patrimonial	12.298	12.436
Total	41.370	37.996

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios/períodos anteriores.

c. Superávit (déficit) do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

16 Receitas com contribuição social

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	30.081	20.241
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	12.099	3.447
Total da receita líquida	42.180	23.688

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/RN para execução de chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/RN (IN.37.15).

17 Receitas de empresas beneficiadas

Descrição	36/09/2017	30/06/2016
-----------	------------	------------

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017*

Treinamentos	568	413
Consultoria	2.578	771
Feiras	368	29
EMPRETEC	171	2
Outras	8	93
Total	3.693	1.308

18 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
MBC	-	1
FBB	-	118
Total	-	119

19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
Salário e proventos	(8.424)	(5.511)
13º. salário	(858)	(556)
Férias	(1.248)	(819)
Outros gastos com pessoal	(1.814)	(77)
Encargos sociais	(3.388)	(2.226)
Benefícios sociais	(2.328)	(1.570)
Total	(18.061)	(10.759)

20 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
-----------	------------	------------

Instrutoria e consultoria	(10.633)	(3.464)
Serviços técnicos e especializados	(2.512)	(751)
Manutenção segurança e limpeza	(934)	(628)
Demais serviços contratados	(1.651)	(958)
Encargos sociais sobre serviços terceiros	(10)	(2)
Total	(15.740)	(5.803)

21 Despesas com custo de operacionalização

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
Despesa de viagem	(2.557)	(1.142)
Alugueis e encargos	(1.867)	(740)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(475)	(265)
Serviços gráficos e de reprodução	(545)	(310)
Serviço de comunicação em geral	(689)	(444)
Materiais de consumo	(1.072)	(459)
Demais custo e despesas gerais	(577)	(493)
Total	(7.782)	(3.853)

22 Resultado financeiro líquido

Descrição	30/09/2017	30/06/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos ordinários	111	118
Rendimentos recursos CSN	341	446
Rendimentos recursos próprios	1.396	952
Rendimentos recursos convênios	-	-
Outros rendimentos	-	1
Subtotal	1.848	1.517
Despesas financeiras	(172)	(49)
Variações monetárias passivas	(258)	(218)
Subtotal	(430)	(267)

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN
Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017*

Total receita financeira líquida

1.418

1.250